



EXCELENTÍSSIMO SENHOR RELATOR CONSELHEIRO MAURI TORRES DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Processo nº 1.082.589

Representação

Responsáveis: Adriano Sidney Lopes e outros

Interessada: ADPM – Administração Pública para Municípios Ltda.

ADPM – ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA PARA MUNICÍPIOS LTDA., já qualificada nos autos do processo em epígrafe, por seu procurador subscritor, vem, perante Vossa Excelência, expor e requerer o que se segue.

Trata-se de Representação apresentada pelo Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, narrando supostas irregularidades na contratação da ADPM pela Câmara Municipal de Wenceslau Braz.

Conforme despacho do então relator, o eminente Conselheiro José Alves Viana, foi determinada a citação dos responsáveis e posterior encaminhamento dos autos para o Ministério Público junto ao Tribunal de Contas para emissão de parecer conclusivo (peça nº 08).

Ocorre que, conforme decisão do Pleno na Questão de Ordem na Representação nº 1.084.306, cujo Acórdão foi disponibilizado no DOC no dia 25/03/2021, “*não é cabível manifestação conclusiva do MPTCE em representação por ele mesmo feita ao Tribunal*”.

Isto posto, considerando que o presente feito encontra-se no Ministério Público junto ao Tribunal de Contas para a emissão de parecer conclusivo, requer seja determinado o retorno dos autos em conclusão ao Relator para o regular prosseguimento do feito, sem o parecer do MPTCE.

Caso o parecer do MPTCE já tenha sido elaborado, requer seja a referida peça tornada indisponível, nos termos do art. 13 da Resolução nº 16/2017.

Nestes termos, pede deferimento.

Belo Horizonte, 06 de maio de 2021.

Joaquim Antônio Murta Oliveira Pereira
OAB/MG 139.385